REDE
ISSN:1982-5528
Revista Eletrônica do PRODEMA
Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.01

A "APOSTA" DA RIO+20 NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

The Rio+20 stake in science and technology for facing the challenges of sustainable development

Carolina Lopes Araujo[1]
Raiza Gomes Fraga[2]
Viviane de Melo Resende[3]

RESUMO:

Diante da urgência de iniciativas globais participativas em prol da sustentabilidade, os conhecimentos científicos e os avanços tecnológicos têm sido representados como fundamentais para o desenvolvimento sustentável. A análise de discurso crítica (ADC) aplicada ao texto "O futuro que queremos"– resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 – buscou identificar os discursos que embasaram, nesse documento, a representação do tema da Ciência e Tecnologia na geopolítica do desenvolvimento sustentável. A ADC entende o discurso como um momento da prática social e se propõe investigar os modos pelos quais discursos se articulam e compõem lutas hegemônicas e seus efeitos empráticas sociais. Utilizando o aparato teórico-metodológico da ADC, identificou-se a representação da crença de que os avanços tecnológicos seriam capazes de oferecer soluções para os problemas de desenvolvimento enfrentados pela humanidade e de orientar as decisões políticas rumo à sustentabilidade. Assim, o texto final da Rio+20 preconiza práticas mercadológicas e propostas de cooperação internacional como meios de promoção e de distribuição das soluções tecnológicas e científicas em prol da sustentabilidade. Embora os discursos que embasam tais propostas descortinem assimetrias de poder,raramente se traduzem em práticas emancipatórias, pois reiteram a hegemonia econômica e a visão colonialista dos países desenvolvidos perante aqueles "em desenvolvimento".

Palavras-chave: Análise de discurso crítica (ADC); Rio+20; Ciência e Tecnologia.

ABSTRACT:

Given the urgency of global participatory initiatives for sustainability, scientific knowledge and technological innovations have been represented as fundamental for sustainable development. The critical discourse analysis (CDA) applied to the text "The Future We Want," produced by the United Nations Conference on Sustainable Development (aka Rio+20), sought to identify the discourses used in depicting the subject of science and technology in the geopolitics of sustainable development in this document. In the CDA approach, discourse is seen as a type of social practice and such an analysis sets out to investigate how discourse can be articulated in hegemonic struggles and its effect on social practice. CDA's theoretical-methodological apparatus reveals a belief that that technological innovations will be able to offer solutions for the development issues faced by humanity and guide political decisions toward sustainability. Thus, the final text of Rio+20 promotes market-oriented practices and international cooperation initiatives as means to promoting and distributing scientific and technological solutions that enhance sustainability. Although the discourses that validate such initiatives reveal power imbalances, they rarely result in emancipatory practices, as they reinforce the economic hegemony and colonialist view of developed countries over "developing" countries.

Keywords: Critical Discourse Analysis (CDA); Rio+20; Science and Technology.

[1]Universidade de Brasília. carolinalopesaraujo@yahoo.com.br
[2]Universidade de Brasília. fragaraiza@gmail.com
[3]Universidade de Brasília. resende.v.melo@gmail.com

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.01

1. INTRODUÇÃO

O desafio do desenvolvimento sustentável demanda uma articulação estreita entre países e atores sociais diversos, com colaboração, coordenação e solidariedade no nível internacional. Faz-se necessária, para tanto, a construção coletiva de um sistema de governança global que viabilize a transição para um modelo de desenvolvimento embasado nos conceitos de prosperidade compartilhada, capital social, bens comuns e cooperação (Ostrom, 2011).

No esforço de reunir forças políticas e sociais em prol do desenvolvimento sustentável, aconteceu no Rio de Janeiro, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, cujo objetivo foirenovar o compromisso político dos Estados-Membros com o desenvolvimento sustentável. O resultado final da Rio+20 materializou-se no documento intitulado "O futuro que queremos" (United NationsGeneral Assembly, 2012).

Tal documento representa a síntese das decisões da Conferência, apresentando o compromisso de "assegurar a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o planeta e para as gerações presente e futura" (United NationsGeneral Assembly, 2002, §1).

Este artigo pretende analisar o documento "O futuro que queremos"[1] sob a ótica da Análise de Discurso Crítica (ADC), focalizando os discursos que se articulam no campo da geopolítica do desenvolvimento, concernentes ao tema da ciência e tecnologia. Por meio do aparato teórico-metodológico da ADC, buscou-se identificar os elementos e argumentos discursivos que permitam discutiro potencial emancipatório e transformador da representação desse tema nas decisões da Rio+20.

2. METODOLOGIA

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é, ao mesmo tempo, uma teoria e um método analítico que confere especial atenção aos processos de mudança tanto nas ordens de discurso quanto nas relações de força entre atores sociais (Fairclough, 2012). Por ser "orientada para a compreensão dos modos pelos quais o elemento discursivo funciona na prática social, especificamente no que se refere a seus efeitos em lutas hegemônicas" (Resende, 2012, p. 441), a ADCconfigura um aparato teórico-metodológico adequado para identificar discurso(s) nos resultados da Rio+20, com potencial para pôr em relevo a necessária discussão sobre sua filiação a lutas hegemônicas.

A ADCdistingue-se da interpretação de texto ou da análise meramente textual, uma vez que se fundamenta na teoria sociológica e que sua preocupação central é estabelecer conexões entre os elementos deordensdediscurso e os mecanismos gerativos de mudança social (Fairclough, 2001, p. 102; Resende, 2008, p. 99). "A análise discursiva é, portanto, explanatória: conjuga teoria e material empírico para investigar (sentidos de) textos tendo em vista seus efeitos sociais" (Ramalho; Resende, 2011, p. 109).

Pelo uso de categorias linguísticas aplicadas à análise discursiva, busca-se mapear o funcionamento de elementos linguístico-discursivos que operam na reificação ou na contestação de configurações das práticas sociais. Com oobjetivo deidentificar discursos que se articulam na representação do tema da ciência e tecnologia bem como o potencial emancipatório e transformador dessa representação no documento da Rio+20 em relação às forças hegemônicas da geopolítica do desenvolvimento,as principais categorias linguísticas aplicadas à análise do texto foram a interdiscursividade, a intertextualidade, a coesão, as funções da fala, as pressuposições, e a escolha lexical associada aocampo semântico.

O processo de análise tomou como corpuso documento final da Conferência das Nações Unidas Rio+20,

[1]Para fins de adequação ao idioma do XIX Encontro REALP, foi analisada, neste trabalho, a versão em língua portuguesa do documento resultante da Rio+20. Tal versão deriva da tradução do documento redigido originalmente em inglês e de sua versão oficial em francês. A tradução foi realizada por Júlia CrochemoreRestrepo e a revisão técnica foi realizada por Daniel José da Silva, a pedido da ONU no Brasil. Essa é a versão adotada pela Ministério do Meio Ambiente do Brasil, disponível em http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf, acesso em 12 de julho de 2013.

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.01

intitulado "O futuro que queremos". Os parágrafos do documento com referências ao tema da ciência e tecnologia foram destacados do texto com o auxílio do programa NVivo 10 (QRS International, 2013) para a análise panorâmica. O uso do programa permitiumapear, nos trechos destacados, as funções discursivas, assim como a representação de discursos (interdiscursividade) e conexões com textos (intertextualidade) na representação do tema da ciência e tecnologia.

3. CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO TEXTO "O FUTURO QUE QUEREMOS"

Ao longo do texto "O futuro que queremos", foram identificados 55 parágrafos[2] que fazem referência a ciência e tecnologia. O documento reserva espaço considerável para a abordagem desse tema, inclusive conferindo uma seção de sete parágrafos (do §269 ao §276) sob o subtítulo "Tecnologia", que é seguida pela seção de quatro parágrafos (§277 ao §280) intitulada "Capacitação", também se referindo ao tema.

Um mapeamento das palavras que compõem os trechos analisados permite associá-las aos campos semânticos vinculados aos três pilares do desenvolvimento sustentável.Esse mapeamento permite ver que o texto apresenta maior recorrência a palavras vinculadas ao pilar econômico (96 ocorrências) do que aos pilares social (88 ocorrências) e ambiental (89 ocorrências). Embora a diferença na quantidade de referências não seja expressiva, a análise qualitativa permite desvendar vínculos que materializam reforço do pilar econômico e de suas implicações, como se verá mais adiante.

Na próxima seção, serão analisados os temas recorrentes na instanciaçãodo discurso da crença no desenvolvimento científico e tecnológico como soluçãoaos desafios do desenvolvimento sustentável no texto "O futuro que queremos".

4. CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL DO DESENVOLVIMENTO

A primeira referência à ciência e tecnologia no documento "O futuro que queremos" foi identificada no §19, transcrito no excerto (1). Nessa passagem do texto, o comércio e a transferência de tecnologia entre países é apontada como um meio necessário para o crescimento e a diversificação econômica, o desenvolvimento social e a proteção ambiental, os quais, por sua vez, são referidos como necessários para que se acelere a diminuição das "lacunas de desenvolvimento" que separam os países e para que se criem "oportunidades de alcançar o desenvolvimento sustentável".

> (1) (§19) (…)Reconhecemos também a necessidade de acelerar o progresso no equilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e de explorar as possibilidades efetivas ou potenciais oferecidas pelo crescimento e diversificação da economia, pelo desenvolvimento social e pela proteção do meio ambiente, para alcançar o desenvolvimento sustentável. Para esse fim, ressaltamos a necessidade de criar condições favoráveis, em âmbito nacional e internacional, bem como a necessidade de dar continuidade à cooperação internacional e de fortalecê-la, nas áreas fiscais, da dívida, do comércio e das transferências de tecnologia, como acordado mutuamente, da inovação e da criação de empresas, da capacitação, da transparência e do respeito ao princípio de responsabilidade (…) (trecho).

Da maneira como está representada no excerto (1), a associação entre ciência e tecnologia (C&T) e desenvolvimento sustentável é intermediada por muitos elementos, criando distanciamento entre os termos. Vale realçar,

[2]Todos os 55 parágrafos do texto "O futuro que queremos" com referências à questão da ciência e tecnologia social foram considerados nesta análise e contribuíram para a análise discursiva apresentada neste artigo. No entanto, somente foram transcritos aqueles parágrafos que se mostraram mais relevantes como ilustração da análise textualmente orientada. Os parágrafos mencionados sem indicação do número do excerto não foram transcritos, uma vez que é feita mera menção a seu conteúdo. Esta decisão deve-se aos limites próprios do gênero artigo científico, já que não seria possível mostrar aqui as análises completas. Outras análises do mesmo documento podem ser consultadas em Araujo (2014).

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.01

entretanto, que nesse trecho são mencionadas três das quatro principais questões concernentes à geopolítica do desenvolvimento, quais sejam: a cooperação internacional, as lacunas que distanciam os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento e a necessidade de transferência de tecnologia entre as nações. Essas questões se aliam ao argumento da interface entre ciência e política para compor o discurso sobre ciência e tecnologia no texto da Rio+20.

Também se destaca neste trecho,a ativação de um pressuposto de aceleração "do progresso" como caminho de superação de problemas, o que se constrói discursivamente logo no início do excerto, com "a necessidade de acelerar o progresso". A opção por tomar essa "necessidade" como pressuposto, por meio do uso da nominalização ("a necessidade"), tem o efeito discursivo de apagar o reconhecimento de outras possibilidades de compreensão dessas relações. Assim, o discurso do progresso, reificando modelos já assumidos por países "desenvolvidos" como adequados ao resto do mundo, é reforçado no texto sem sequer precisar ser claramente afirmado.O excerto também expressa como se espera que esse objetivo seja alcançado: "pelo crescimento e diversificação da economia, pelo desenvolvimento social e pela proteção do meio ambiente". O elemento coesivo que constrói essa relação de modo ("pelo") encadeia elementos dos três pilares do desenvolvimento sustentável (economia, sociedade e meio ambiente), mas focalizando a economia em primeiro lugar.

A questão da "lacuna de desenvolvimento" entre os países é retomada no §48 ao mencionar as parcerias acadêmicas e tecnológicas nos países em desenvolvimento. O texto associa os benefícios de tais parcerias à diminuição das diferenças tecnológicas entre países, e também ao fortalecimento da interface entre política e ciência e à promoção da colaboração internacional de pesquisa sobre o desenvolvimento sustentável.

Outra possível via de solução para as "lacunas de desenvolvimento" entre os países e para a dependência tecnológica dos países em desenvolvimento representada no texto "O futuro que queremos" é a economia verde, conforme expresso no §58, mais especificamente no item (i). Segundo essa passagem do texto, as políticas de economia verde devem fortalecer a cooperação internacional, o que inclui a provisão de recursos financeiros, a capacitação e a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. Analisando a relação de continuidade apresentada no texto, pode-se afirmar que a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento é apontada como alternativa para remediar a lacuna de desenvolvimento entre países.

A mesma ideia é retomada no §73, pela referência intertextual ao Plano de Implementação de Johanesburgo (United Nations General Assembly, 2002), ratificado pelos países membros da ONU em fevereiro de 2008. O texto reforça a importância da transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e relembra os meios acordados para viabilizar tal ação.É de notar que não haja qualquer menção às políticas de cooperação sul-sul para o desenvolvimento científico-tecnológico no §73. A diferença de desenvolvimento entre os países é insistentemente representada no documento em suas referências sobre ciência e tecnologia. Os países em desenvolvimento são diretamente mencionados em 22 dos 55 parágrafos analisados. Assim, convém analisar se o discurso que permeia a argumentação a favor da transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento assume uma tônica paternalista ou emancipatória, ou uma combinação de ambas.

4.1 Transferência de tecnologia: proposta emancipatória ou paternalista?

No §273 (excerto (2)), o texto apresenta uma reivindicação às Nações Unidas para promover "o desenvolvimento, a transferência e a disseminação de tecnologias limpas e ambientalmente amigáveis". Nesse trecho, o texto destaca as "necessidades tecnológicas" dos países em desenvolvimento. Mencionando tais necessidades, o texto realça a situação de fragilidade tecnológica dos países em desenvolvimento, novamente conduzindo, a exemplo do excerto (1), à pressuposição (proposicional) de que intervenções estrangeiras são necessárias para promover o desenvolvimento tecnológico dessas nações, o que se assume como indispensável para o desenvolvimento sustentável.

> (2) (§273)Solicitamos às agências competentes da ONU que definam opções de criação de um mecanismo que promova o desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias limpas e que respeitem o meio ambiente, especialmente avaliando as necessidades tecnológicas dos países em

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.01

> desenvolvimento, os meios de satisfazê-las e a situação em termos de capacitação. Solicitamos ao Secretário Geral que apresente à Assembleia Geral, em sua 67a Sessão, com base nas opções definidas e levando em consideração os modelos existentes, recomendações concernentes ao mecanismo de facilitação.

A função de fala representada no excerto (2) é a reivindicação, caracterizada, especialmente, pelo uso do processo verbal "solicitamos". Essa função de fala desvela que o documento, por si só, não é suficiente para consolidar decisões que atendam às necessidades de "desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologia limpa e ambientalmente amigável", frustrando a expectativa de que o texto da Rio+20 representasse resultados com potencial efetivo para transformar o modelo de desenvolvimento vigente. Vale ressaltar, ainda, que ao mencionar as necessidades de tecnologias limpas, o excerto (2) focaliza enfaticamente a necessidade dos países em desenvolvimento apenas, sem qualquer alusão à necessidade ou importância das tecnologias limpas para os países ricos. Isso conduz à falsa ideia de que, devido à dificuldade de acesso às tecnologias limpas avançadas, os países em desenvolvimento seriam os principais poluidores. Observa-se, ainda, a articulação do discurso da urgência, representado na última frase do excerto (2), quando se solicita ao Secretário Geral que se façam recomendações quanto aos mecanismos de promoção do desenvolvimento, da transferência e da disseminação das tecnologias limpas na 67ª Assembleia Geral da ONU, a primeira realizada após a Rio+20. Mais uma vez, a opção para a articulação dessa demanda é "solicitamos", o que por um lado retoma a incapacidade decisória do documento, mas apelando para o senso de emergência das proposições elencadas.

O texto reconhece a necessidade de um sistema de informação global integrado e cientificamente embasado sobre o desenvolvimento sustentável. Com a finalidade de se alcançar tal êxito, o documento expressa o compromisso de mobilizar recursos financeiros e esforços de capacitação, especialmente para os países em desenvolvimento. Com essa indicação, o texto avança na construção de justificativas para o auxílio estrangeiro ao desenvolvimento tecnológico dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o §271 aponta o investimento estrangeiro direto, o comércio internacional e a cooperação internacional como medidas necessárias ao "desenvolvimento de tecnologias ambientalmente amigáveis".

Consagrando a intervenção estrangeira nos países em desenvolvimento, textualizada como necessidade, o §280 do texto convida agências das Nações Unidas e organizações internacionais a apoiarem, nos países em desenvolvimento e em especial nos países menos desenvolvidos, o aperfeiçoamento e a capacitação para o uso eficiente de recursos e economias inclusivas.Subjaz ao texto o discurso paternalista, quiçá colonizador, que reforça a situação de dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países ricos. Além disso, tal discurso isenta os países desenvolvidos de responsabilidades em relação aos principais problemas de sustentabilidade, uma vez que circunscreve esses problemas à realidade dos países em desenvolvimento. Tampouco se observa no texto qualquer alusão à contribuição desses países ricos para a origem ou o agravamento dos problemas experimentados nos países em desenvolvimento.

Esse discurso alimenta atitudes de condescendência marcada pela "doação" de recursos, pelos termos concessionais ou preferenciais para a transferência de tecnologia e apoio a programas de desenvolvimento, o que descortina a assimetria de poderes na geopolítica. Tais práticas raramente são emancipatórias. Elas se inserem em um círculo vicioso em que os países em desenvolvimento abdicam de traçar seus próprios caminhos do desenvolvimento.

No entanto, contrastando com essa interessada tônica paternalista, observa-se a ruptura de coesão discursiva em três parágrafos que fazem referência à ciência e tecnologia e que carregam em si um discurso emancipatório. No item (g) do §76, por exemplo, está expressa a decisão de estimular a capacidade dos países em desenvolvimento de conduzirem seus próprios processos de avaliação e monitoramento do desenvolvimento sustentável necessários à promoção da interface entre política e ciência. Já o §272 focaliza a colaboração científica, seja ela institucional ou entre cientistas, para o desenvolvimento das capacidades tecnológicas para o desenvolvimento sustentável. O texto destaca a contribuição dessas parcerias para que os países, especialmente os países em desenvolvimento, produzam suas próprias soluções inovadoras, pesquisas científicas e novas tecnologias ambientalmente amigáveis.

Desse modo, o texto reconhece a capacidade dos países em desenvolvimento de gerarem avanços tec-

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.01

nológicos e inovação, representando-os como agentes atuantes do desenvolvimento científico e tecnológico e não meros receptores das ações de transferência de tecnologia vinda dos países desenvolvidos. O que deixam de reconhecer é a possibilidade de tecnologias construídas nesses contextos poderem beneficiar também os países desenvolvidos. Assim, os países enriquecidos não se colocam em posição de também poderem aprender.

4.2 Desenvolvimento tecnológico: acesso à educação e às redes de informação

Segundo o §72 do documento da Rio+20, a tecnologia desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável, o que justificaria esforços na promoçãodeinovação, pesquisa e desenvolvimento e no apoio à economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

O potencial para o desenvolvimento tecnológico e científico dos países, conforme expresso no documento, está condicionado,entretanto,ao acesso da população à educação de qualidade e às tecnologias de informação e de comunicação, conforme representado nos §44, §65 e §230 do documento da Rio+20.

Para além do desenvolvimento tecnológico e científico, o §44 expressa contribuição das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento sustentável, ao favorecer, em tese, o empoderamento da sociedade civil e o fortalecimento da participação social. Também nesse excerto, repetem-se por três vezes os processos mentais ativadores de pressupostos, expressos pelo termo "reconhecemos". O engajamento ativo da sociedade civil é tomado, assim, como imprescindível na construção do desenvolvimento sustentável. Ao final do parágrafo, no entanto, mais uma vez a cooperação internacional é proposta como medida para a ampliação do acesso da população a redes e serviços de banda larga, a fim de se reduzir o fosso digital que separa países.

Também no §65 fica explícita a importância das tecnologias de comunicação para o desenvolvimento sustentável. Segundo o texto, ao viabilizar a troca de conhecimentos, a cooperação técnica e o desenvolvimento de habilidades, tais tecnologias teriampotencialparacontribuir emdiferentes áreas do desenvolvimento sustentável. No final do parágrafo, ao enfatizar que tais contribuições poderiamdar-se "de forma aberta e transparente", o texto retoma a ideia defendida no §44 de que a participação social é importante para o desenvolvimento sustentável.

No §230, o potencial de contribuição das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento está condicionado a seu uso efetivo. Nesse sentido, o texto defende que a educação é imprescindível para a aplicação das tecnologias e dos conhecimentos em prol do desenvolvimento sustentável. O acesso de todos à educação de qualidade para além do nível primário é um requisito para um futuro sustentável(Buarque, 2012). Consonante a esse argumento, o §230 enfatiza a necessidade de um sistema de educação que prepare as pessoas para a construção do desenvolvimento sustentável, o qual requer "melhoria na formação de professores, currículos escolares que abordem a questão da sustentabilidade e planos pedagógicos que preparem os estudantes para carreiras nas áreas relacionadas à sustentabilidade".

O §230 apresenta forte apelo emocional ao representar jovens como os "guardiões do futuro". Esse recurso retórico acentua a necessidade imediata de se investir em educação de base a fim de se permitir a sustentabilidade das condições de vida para as futuras gerações. No entanto, essa retórica também mitiga a reponsabilidade dessa geração que hoje teria poder transformador.

Ao longo do texto do documento da Rio+20, observa-se a materialização da crença de que os avanços tecnológicos seriam capazes de oferecer soluções para os problemas de desenvolvimento enfrentados pela humanidade e de orientar as tomadas de decisão rumo à sustentabilidade. Embasado nessa pressuposição, o documento da Rio+20 argumenta em favor da interface entre política e ciência a fim de propiciar decisões embasadas em conhecimentos científicos que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

4.2.1 O discurso econômico hegemônico

Nas enumerações contidas nos parágrafos que fazem referência ao tema da Ciência e Tecnologia, observa-se uma recorrente prioridade dos elementos econômicos sobre os demais itens elencados.

Já na primeira passagem do texto selecionada pela referência à questão da Ciência e Tecnologia, ou seja,

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.01

no §19 (excerto (1)), leem-se duas enumerações que concedem antecedência a aspectos econômicos. Primeiramente, o excerto apresenta o "crescimento e a diversificação da economia, o desenvolvimento social e a proteção ambiental" como meios de se alcançar o desenvolvimento sustentável. No plano coesivo, a ordem da enumeração revela a importância majorada concedida às medidas de caráter econômico em relação às demais medidas elencadas. É interessante observar que, no entanto, dentre os excertos selecionados pela referência à Ciência e Tecnologia, essa é a única passagem que menciona o crescimento econômico.

A distinção entre os termos "crescimento econômico" e "desenvolvimento econômico" é importante se considerarmos a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável no âmbito das Conferências das Nações Unidas. Em 1972, com a publicação do relatório "Limites do Crescimento" (Meadows; Meadows; Randers, 1972) difundiu-se a ideia de que o modelo econômico vigente estava inserido em um contexto de limites naturais, dessa forma seria inviável um crescimento contínuo da economia sem causar danos irreversíveis ao meio ambiente. O relatório teve amplo impacto nas discussões da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, em Estocolmo, quando os debatesse voltaram às políticas de desenvolvimento (e não de crescimento econômico), considerando o planejamento econômico e social e seus impactos ao meio ambiente. O debate se fortaleceu até a publicação do relatório "Nosso Futuro Comum" (CMMAD, 1991), que adotou o termo "desenvolvimento sustentável" reforçando a ideia da qualidade do crescimento econômico e seus impactos, ao invés de apenas sugerir o crescimento econômico como solução para a redução da pobreza (Bursztyn; Bursztyn, 2012).

A segunda enumeração do §19 (excerto (1)) enfatiza a necessidade de cooperação internacional fortalecida e continuada, "especialmente nas áreas das finanças, do crédito, do comércio e transferência tecnológica". Novamente, observa-se a prioridade concedida a aspectos econômicos na enumeração, revelando a marca do discurso econômico hegemônico no que se refere ao tripé da sustentabilidade. Em outras enumerações presentes no texto, também se observa a primazia de elementos relacionados à economia e, mais particularmente, à economia mercantil.

As medidas de enfrentamento de desafios específicos do desenvolvimento sustentável também delimitam prioridade em aspectos econômicos. No §109, a ordem na enumeração antepõe "o acesso ao crédito e outros serviços financeiros" às medidas de revitalização da agricultura propostas.No §120, entre os esforços para ampliação do acesso à água potável e saneamento básico, elencam-se "a mobilização de recursos de todas as fontes, a capacitação e a transferência de tecnologia", e assim também aí se verifica a precedência de medidas de caráter econômico.

Dentre os meios recomendados para o fortalecimento dos sistemas de saúde no §143, o "aumento do financiamento para a saúde" precede "o recrutamento, desenvolvimento e treinamento e retenção da força de trabalho em saúde". A oração seguinte apresenta a proposta de melhorias na distribuição e no acesso a medicamentos, vacinas e tecnologias médicas, qualificando-os como "seguros, acessíveis, efetivos e de qualidade". O uso do termo "acessíveis", ainda que em segundo lugar nessa enumeração, salienta o aspecto econômico na escolha do qualificador (adjetivo).

Para o aperfeiçoamento de tecnologias ecologicamente amigáveis de manejo de lixo e de resíduos químicos, o §217 destaca "parcerias público-privadas entre a indústria, os governos, a academia e outros agentes não governamentais", enumerando-os nessa ordem. Por fim, a enumeração contida no §271 destaca a importância dos "investimentos estrangeiros diretos, comércio internacional e cooperação internacional" para a transferência de tecnologias ecologicamente corretas, reforçando o papel da economia para tanto.

Outras enumerações surgem ao longo do texto, e mesmo quando não elencam elementos relacionados ao discurso econômico, tampouco destoam desse discurso hegemônico. Esse é o caso, por exemplo, do trecho do §191(excerto (3), a seguir) realçado pelo grifo. Nesse trecho, o texto elenca ações para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas sem mencionar medidas de caráter econômico; no entanto, o aspecto econômico está presente no início da frase, quando se pauta (com o reforço do pressuposto ativado no processo mental em "reconhecemos") a "importância dos fundos de financiamento" para as ações de enfrentamento das mudanças climáticas. Assim, o §191 ratifica mais uma vez o discurso da primazia da economia sobre outros fatores também relevantes.

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.01

> (3) (§191)(…) Reconhecemos a importância da mobilização de financiamento de uma variedade de fontes, públicas e privadas, bilaterais e multilaterais, incluindo fontes de financiamento inovadoras, para apoiar ações de mitigação nacionalmente apropriadas, medidas de adaptação, desenvolvimento e transferência de tecnologia e capacitação em países em desenvolvimento. Nesse contexto, saudamos o lançamento do Fundo do Clima Verde e conclamamos sua operacionalização imediata de modo a ter um processo de reposição de recursos adequado e rápido (trecho; grifonosso).

O único excerto dentre os 55 parágrafos analisados pelas referências à ciência e tecnologia que sinaliza uma ruptura com o discurso econômico hegemônico é vista no item (j) do §58 (excerto(4)):

> (4) (§58) Afirmamos que as políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza devem: (...) j) Melhorar o bem-estar dos povos indígenas e suas comunidades, de outras comunidades locais e tradicionais, e das minorias étnicas, reconhecendo e apoiando a sua identidade, cultura e seus interesses; e evitar pôr em perigo a sua herança cultural, suas práticas e conhecimentos tradicionais, preservando e respeitando as abordagens não comerciais que contribuem para a erradicação da pobreza.

No excerto reproduzido em (4), o texto reconhece que abordagens não mercantis contribuem para a erradicação da pobreza, logo, para o desenvolvimento sustentável. No entanto, visto que o excerto aborda especificamente questões relacionadas com populações tradicionais, pode-se presumir que as abordagens não mercantis teriam relevância restrita a tal contexto, atenuando a representação de sua importância, especialmente quando se considera todo o entorno textual – e suas recorrentes enumerações.

Ainda que restrita a uma curta passagem do texto, é importante atentar para a ruptura de coesão expressa no §58 (excerto (4)), pois ela se destaca do restante do texto podendo sinalizar uma sutil abertura discursiva. Nas demais partes, o documento pactua com o discurso econômico hegemônico, pelo qual as práticas mercantis são apontadas como a maneira mais recorrente de produzir e distribuir benefícios (sejam produtivos, tecnológicos, de serviços, entre outros) para a sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise do documento "O futuro que queremos", sob a ótica da Análise de Discurso Crítica (ADC), focalizaram-se os discursos que se articulam no campo da geopolítica do desenvolvimento na representação do tema do desenvolvimento científico-tecnológico como parte indispensável ao desenvolvimento sustentável.

A representação do discurso sobre ciência e tecnologia no documento da Rio+20 está firmada mais fortemente nos argumentos comuns à área da geopolítica do desenvolvimento, e menos no discurso científico propriamente dito. Subjacente aos elementos da geopolítica do desenvolvimento presentes no texto, tem-se o discurso paternalista, que representa carência e dependência dos países em desenvolvimento em relação a países ricos, por meio da cooperação internacional. No texto, preconizam-se práticas comerciais e de competição mercadológica, como forma de promoção da produção e da inovação, e a cooperação internacional, como meio para a distribuição/transferência de benefícios dos avanços tecnológicos e científicos para os países em desenvolvimento.

Não obstante, é importante destacar que o texto apresenta breves rupturas de coesão discursiva, as quais merecem realce. Contrastando com o discurso econômico hegemônico, o texto expressa a contribuição de práticas não mercantis para o combate à pobreza. Quanto às relações entre países, algumas passagens do texto reforçam a relevância de relações entre países em desenvolvimento. As parcerias de cooperação sul-sul são indicadas para o aperfeiçoamento e para utilização de conhecimentos científicos e avanços tecnológicos gerados nesses países, descortinando um discurso que estimula comportamentos emancipatórios na geopolítica mundial. Não se reconhece, contudo, a possibilidade de esses países aportarem avanços aos países mais ricos, o que não deixa de ser um fechamento a outros paradigmas possíveis de desenvolvimento.

As rupturas discursivas observadas no documento, ainda que não sejam suficientes para disputar a prevalência com os discursos hegemônicos recorrentes, expressam perspectivas dissonantes e podem sinalizar alguma

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.01

abertura para mudanças nas práticas sociais com potencial para a transformação do modelo de desenvolvimento em direção à sustentabilidade. Isso se realiza, entretanto, de forma tímida.

essa maneira, não se observa no documento "O futuro que queremos" a marca de um discurso transformador. As propostas para o desenvolvimento sustentável não rompem com o modelo de desenvolvimento vigente; ao contrário, sinalizam para um discurso paternalista, quiçá colonialista, em relação aos países em desenvolvimento.

ISSN: 1982 - 5528
D.O.I:10.22411/rede2017.1102.01

REFERÊNCIAS

Araujo, C. L. (2014). **As vozes da Rio+20**: a inserção dos interesses dos grupos sociais nos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

Buarque, C. (2012). **Desafios à humanidade** - perguntas para a Rio+20. Editora IBPEX, Curitiba, Brasil.

Burzstyn, M. A.; Bursztyn, M. (2006). **Desenvolvimento Sustentável**: biografia de um conceito. In: E. Nascimento; J. N. Vianna, Economia, Meio Ambiente e Comunicaçãop. 54-67. Garamond, Rio de Janeiro, Brasil.

CMMAD. (1991). **Nosso Futuro Comum** (2a ed.). Editora FGV, Rio de Janeiro, Brasil.

Fairclough, N. (2001). **Discurso e Mudança Social**. Editora UnB, Brasília, Brasil.

Fairclough, N. (2012). Análise Crítica do Discurso como método de pesquisa social científica. **Revista Linhas D'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, São Paulo, Brasil.

Meadows, D. H.; Meadows, D. L.; Randers, J. (1972). **Limites do Crescimento**: um relatório sobre o projeto Clube de Roma sobre o dilema da humanidade.Perspectiva, Rio de Janeiro, Brasil.

Ostrom, E. (2011). **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action (29a ed.). Cambridge University Press, New York, EstadosUnidos.

QRS International. (2013). **NVivo 10** [software]. Versão 10. QRS International, QSR International Pty Ltd., Victoria, Austrália.

Ramalho, V.; Resende, V. de M. (2011). **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Pontes Editores, Campinas, Brasil.

Resende, V. d. M. (2008). **Análise de Discurso Crítica e Etnografia**: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil. Tese de doutorado, Instituto de Letras, Universidade de Brasília,Brasília, Brasil.

Resende, V. d. M. (2012). Representação discursiva de pessoas em situação de rua no "Caderno Brasília": naturalização e expurgo do outro. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 12, n. 2, p. 439-465, Tubarão, Santa Catarina, Brasil.

United Nations General Assembly. (2002). **Johannesburg Implementation Plan**: plan of implementation of the World Summit on Sustainable Development. World Summit on Sustainable Development. United Nations General Assembly, Johannesburg, África do Sul.

United Nations General Assembly. (2012). **The future we want**: outcome of the United Nations Conference on Sustainable Development. United Nations Conference on Sustainable Development -UNCSD (Rio+20). Rio de Janeiro, Brasil.